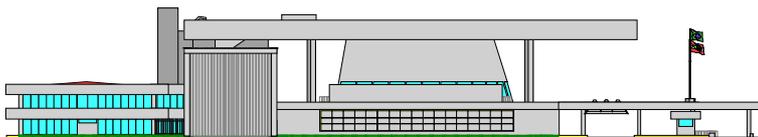


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 15 DE ABRIL DE 2011

NÚMERO 6.272

17ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa  
MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente  
Dado Cherem - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Maurício Eskudlark  
Elizeu Mattos

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-  
Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente  
Ângela Albino  
Altair Guidi  
Sílvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente  
Maurício Eskudlark  
Sargento Amauri Soares  
Kennedy Nunes  
Jean Kuhlmann  
Ada Faraco De Luca  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino de Oliveira  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel  
Altair Guidi  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino de Oliveira  
Ada Faraco De Luca  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Ada Faraco De Luca  
Maurício Eskudlark  
Ângela Albino  
Kennedy Nunes  
Ismael dos Santos  
Romildo Titon

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino de Oliveira  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Mauro de Nadal  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
José Nei Alberton Ascari  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2272</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 029ª Sessão Ordinária realizada em 14/04/2011 ..... 2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 16</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Portarias ..... 16</p>
---	--	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta-se contrário à realização de plebiscito ou de referendo sobre desarmamento.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Justifica a ausência do deputado Joares Ponticelli.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Registra a presença do vereador Milton Coliselli, de Cunha Porã, de Jacir Martini, vice-presidente da Cooperativa Auriverde, e de Libório Schmidt.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Registra a

presença do prefeito de Águas Frias, Marino Daga; externa sua posição quanto à atualização do Código Florestal Brasileiro.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Tece considerações a respeito das mortes de motociclistas no trânsito; registra a audiência em Brasília, a respeito das BRs-470 e 101.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Faz referência à visita da presidente Dilma Rousseff à China; registra a feira de Itapiranga.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIDT** - Relata o trabalho realizado pela Faculdade Municipal da Palhoça.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Ressalta a importância da Faculdade Municipal de Palhoça.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Comunica que irá à Fetaesc recepcionar o relator do Código Florestal Brasileiro.

**DEPUTADA ADA DE LUCA** (pela ordem) - Registra que o Poder Judiciário está muito bem intencionado com a ótica da futura secretária da Justiça e Cidadania.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Tece considerações a respeito da situação dos avicultores catarinenses; registra o prêmio Mulher de Negócios, criado pelo Sebrae.

**DEPUTADO DADO CHEREM** - Reporta-se à ida do secretário Valdir Cobalchini a Bombinhas, Porto Belo e Camboriú.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Expõe seu pensamento com relação às necessidades da Segurança Pública; registra a presença do policial civil Edemar Haag.

**DEPUTADO CARLOS CHIODINI** (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores e da presidente da Câmara Municipal de Xaxim.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Aborda os problemas da BR-101 relacionados à Autopista Litoral Sul.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Reporta-se à necessidade de um presídio em Blumenau.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Reafirma a importância de um novo presídio para Blumenau.

**DEPUTADA ADA DE LUCA** (aparte) - Enfatiza a importância de recursos para a secretaria de Justiça e Cidadania.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Tece comentários a respeito dos problemas para a conclusão da BR-101/sul.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Valmir Comin no que concerne à BR-101; registra a presença de várias lideranças políticas catarinenses.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Critica os entraves para a conclusão da BR-101/sul.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Reno Caramori.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das ata das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, presentes neste manhã de quinta-feira, quero falar sobre um assunto que está sendo bastante discutido em nível nacional, reaparecido depois daquele dramático episódio ocorrido no Rio de Janeiro, há uma semana, na manhã da quinta-feira da semana passada, quando um jovem entrou num colégio, com dois revólveres, muita munição e atirou em diversas crianças, matando 12 delas, na faixa de 13, 14 anos.

O debate que tem surgido no Congresso Nacional, ou ressurgido, é no sentido da realização, mais uma vez, de um plebiscito ou de um referendo a respeito do desarmamento. Mas creio que o assunto está sendo enfocado de forma oportunista, casuística e, por que não dizer, demagógica.

Eu sou a favor do desarmamento. Aliás, é preciso apenas que as leis do nosso país sejam cumpridas para que ocorra o desarmamento; é preciso que as instituições de segurança, as Polícias Civil, Militar, Federal, as Forças Armadas, atuem e tenham condições estruturais para atuar no combate ao contrabando, ao tráfico de arma, atuar também nas atividades de polícia preventiva fazendo o seu trabalho e recolhendo as armas ilegais, milhões delas que existem no Brasil.

Agora, a partir da comoção social ocasionada por aquele episódio bárbaro, voltar a uma pauta, gastar milhões para fazer um plebiscito ou um referendo, cinco anos depois de já ter sido realizado um, de fato eu passo a não entender.

Eu já discordei à época, em 2005, da realização do referendo, eis que existem assuntos de muito maior relevância e de muito maior impacto sobre a economia e sobre a sociedade brasileira, em benefício destes, do que a questão do desarmamento. E repito: existem leis que, se fossem cumpridas, trabalham na direção do desarmamento. Aliás, a legislação atual é bastante restritiva. A Polícia Federal tem sido muito justa e bastante rigorosa na concessão de porte de arma. Fala-se das armas que andam por aí. As armas legais não andam por aí, pois é proibido a qualquer cidadão circular em via pública com arma de fogo, a não ser que seja um servidor ou um profissional de segurança. Então, armas legais não andam por aí.

Repito, sou a favor do desarmamento, mas sou contra fazer outro plebiscito ou outro referendo com relação a esse assunto. Esse recurso, o plebiscito, seria muito mais útil e teria muito mais importância para o desenvolvimento social, econômico, da sociedade brasileira, mas sobre outros temas. Por exemplo, sobre a dívida pública, eis que está na Constituição, há 22 anos, que seria realizada uma auditoria, a qual nunca

aconteceu. Seria válido perguntar para a população brasileira se acham que o governo deve realizar auditoria da dívida ou não, embora esteja previsto na Constituição. Tantos governos já se passaram ao longo desses 22 anos e nenhum teve a clareza política, a coragem, o discernimento político de mandar cumprir a Constituição e fazer auditoria da dívida.

Então, já que os governos são incapazes de tomar essa decisão, essa responsabilidade poderia ser transferida para a população fazendo um plebiscito. Este, sim, seria um tema importante para o plebiscito.

Outros temas importantes seriam sobre a exploração do petróleo, se será através de instituições públicas ou se vão continuar leiloando os poços de petróleo, já que isso voltou a acontecer nos últimos meses; sobre a preservação e controle da Amazônia brasileira; sobre a proibição da venda de terras a estrangeiros; sobre a preservação das fontes de água, porque embora os meios de comunicação não divulguem muito, monopólios internacionais estão comprando imensas áreas de terras no nosso país, especialmente nas regiões de nascentes de água e daqui a algumas décadas todos nós teremos que pagar para algum monopólio internacional pela água que vamos usar, que vamos beber.

Então, fazer um plebiscito sobre esses assuntos seria, sim, muito importante para a sociedade brasileira. Com relação ao armamento é preciso estruturar, repito, as instituições de segurança, as estaduais, municipais e federais, também as Forças Armadas, inclusive para cuidar das fronteiras, do mar territorial brasileiro, do espaço aéreo, dos rios brasileiros, combater o tráfico de armas e o tráfico de drogas. E, no estado, as polícias estaduais devem estar mais preparadas para desarmar a população que possui arma ilegal.

Neste estado ainda não, mas infelizmente vemos em outros estados - Rio de Janeiro, São Paulo - que armas que são apreendidas hoje pela Polícia Militar, daqui a alguns meses, reaparecem e são apreendidas de novo nas mãos de bandidos. São coisas absurdas, tão fáceis de resolver e não são resolvidas. E aí é necessário fazer um plebiscito para provar uma coisa que inclusive não tem o efeito desejado, que é quase inócua.

Pegar a comoção daquele crime bárbaro patrocinado por aquele jovem Wellington Menezes de Oliveira não adianta nem adianta as autoridades e os meios de comunicação ficarem achando qualificativos para o rapaz, inclusive porque ele já está morto. Foi um covarde, assassino, monstro. Nenhum desses termos está correto para definir aquele jovem, ele era um doente. E inclusive, do ponto de vista da Medicina, da Psiquiatria, ele era esquizofrênico. Aliás, a esquizofrenia, quando tratada, não leva a pessoa a tomar atitudes violentas. Foi um doente que o poder público brasileiro não conseguiu tratar por ser um tratamento caro no valor do mercado.

A medida preventiva com maior probabilidade de evitar que episódios parecidos com aquele se repitam não está no plebiscito do desarmamento. Está, sim, na educação, no combate, na prevenção ao *bullying* nas escolas, porque ficou claro que ele voltou à escola e matou adolescentes com a mesma idade que ele tinha quando sofreu *bullying* naquela escola, naquele mesmo local. E ele iria conseguir aquelas armas mesmo que fosse proibido ter armas no Brasil. Talvez fosse demorar um pouco mais e pagaria um pouco mais caro, mas ele iria conseguir as armas de outra forma.

Então, a probabilidade de se diminuir a chance de repetição desses episódios passa inclusive por melhorar a educação, os conceitos, combater o *bullying* nas escolas e tratar de forma adequada os doentes.

Fazer plebiscito sobre desarmamento neste momento é oportunismo, casuismo e até demagogia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente.

Apenas quero registrar a ausência do deputado Joares Ponticelli, que se deslocou até o município de Pouso Redondo, por uma situação lamentável, a morte do seu tio Vitor Ponticelli, aos 67 anos.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Registro, com muita alegria, a presença neste Parlamento do vereador Milton Coliselli, do município de Cunha Porã, de Jacir Martini, vice-presidente da Cooperativa Auriverde, e de um grande amigo, companheiro e incentivador, Libório Schmidt, uma liderança do nosso município.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Agora, sim, com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, quero registrar a presença do prefeito de Águas Frias, Marino Daga, que tem visitado esta Casa periodicamente, acompanhando os nossos trabalhos e tem feito um grande trabalho no município, que vem crescendo. Ele está cobrando o reinício da obra que liga o município de Águas Frias ao município de União do Oeste, que está parada desde o final do ano, causando vários transtornos, porque quando chove é um problema. E a prefeitura precisa colocar as máquinas para puxar os caminhões de ração e de outros produtos daquela região.

Seja bem-vindo a esta Casa!

Eu quero, hoje, trazer a questão do Código Florestal Brasileiro ao debate. De certa forma, quando não se concorda com o que está sendo colocado, parece que já vira uma condenação. Mas eu quero trazer algumas questões, aqui, hoje. Eu concordo com os que entendem que nós precisamos, sim, aprofundar a discussão e melhorar a elaboração do Código Florestal Brasileiro.

Existe um movimento todo construído, mas, infelizmente, da forma como está, existem pontos divergentes no Código Florestal Brasileiro. Inclusive, vários deputados, bem como este deputado, participam da igreja católica, e a CNBB discute a condição do planeta na Campanha da Fraternidade, fazendo um debate sobre a importância da água para o futuro, para esta geração e para as futuras, porque se afirma muito que a água pode ser motivo de grandes disputas nos próximos períodos.

O deputado Sargento Amauri Soares levantou essa questão há pouco. O mundo todo e os grandes capitalistas estão de olho na questão da água e principalmente para nós, agricultores familiares, a água é uma questão sagrada, de vida, de sobrevivência. Se não cuidarmos disso, se não preservarmos, com certeza a produção também estará comprometida.

Sempre falo aos agricultores que quanto mais nós produzimos - agora com toda essa euforia da abertura do mercado da China para a carne suína, a carne de frango e com o aumento da produção de leite no Brasil - maior o crescimento econômico, o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida do povo. Consome-se mais e exige-se mais produção. Agora, se não houver água, fica difícil. Esse é um tema que sempre discuto com as cooperativas de Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck.

Eu tive, nesta semana, uma conversa com dois agricultores que me disseram que as empresas não se instalaram, não se permitiu a integração da avicultura, porque não havia água na comunidade, não havia água na propriedade o suficiente.

Existe uma contradição nesse debate. Sobre essa história de que vamos continuar produzindo e preservando, há diferentes debates em curso no Brasil, porque uns dizem que não precisa mais haver reserva legal. Como é que vamos preservar? Nós sabemos que existe um grupo de agricultores no Brasil, mesmo sendo um grupo minoritário, que pensa assim. Se não houver uma lei que nos exige alguma coisa, não precisa preservar? Só os outros preservam? E se todo mundo pensar assim, logo, logo, com certeza as comunidades vão estar descobertas, os municípios vão estar descobertos, sem nenhuma preservação.

Então, estamos com muita tranquilidade fazendo essa discussão. Temos clareza de que se precisa, sim, mexer na legislação. Não temos essa dúvida. Concordamos plenamente.

Nós estamos há 20 anos trabalhando, lutando para que a pequena propriedade seja tratada diferentemente. E, agora, no Código Florestal Brasileiro, por incrível que pareça, querem que essa discussão desapareça de novo, querem que todo mundo seja tratado igual. Não é possível!

Há quase 200 mil agricultores familiares em Santa Catarina, e 93% deles possuem menos de quatro módulos fiscais. Deputado Neodi Saretta, na região do alto rio Uruguai, a média da área dos agricultores é de 10ha a 12ha, e acham que eles devem ser tratados da mesma forma que aqueles que possuem 10, 20 mil hectares. Assim não dá!

As questões da aposentadoria, do Pronaf, do crédito, da habitação, foram grandes conquistas para os agricultores, e a mesma discussão precisa acontecer na questão ambiental. Por quê? Porque o pequeno deve ter um tratamento diferenciado, ele vive daquela área, sua sobrevivência vem dali e, por isso, ele tem mais dificuldade de preservar. E aí vem a nossa luta.

Uma das questões centrais no Código Florestal Brasileiro é que não estão querendo incluir. Mas isso precisa estar no centro do debate, no centro da lei. O agricultor familiar, que produz o agroecológico, sem veneno, deve ser valorizado e ter prioridade quanto ao pagamento no serviço ambiental.

Então, existe a proposta de isentar de todas as multas os grandes crimes ambientais. Essa questão do tratamento diferenciado deve

estar colocada, bem como outros temas. Há também a proposta de não ser mais obrigado a fazer reserva legal. Eu defendo que haja a obrigatoriedade, mas que na agricultora familiar ela seja sobreposta aos 100% da reserva, inclusive incluída a mata ciliar.

Quanto à servidão ambiental para a pequena propriedade e para a grande, nós não temos divergência. Pode ser para as duas, e que o agricultor tenha a responsabilidade. Se ele não tem na sua propriedade, que possa averbar em outra propriedade, desde que seja dentro da bacia hidrográfica.

Deputado Reno Caramori, esses dias estive em Caçador e lá existe agricultor que tem mais de 40% da sua propriedade na mata, alguns até 70%. Esse agricultor poderia emprestar essas áreas para outros agricultores da comunidade que não as têm. E com o pagamento do serviço ambiental, o agricultor que averba essa área poderia dar-lhe alguma renda. Seria o uso sustentável para renda das áreas de preservação. Por que não trabalhar com a fruticultura nativa ou outras atividades? Por exemplo, o cultivo da banana, bem como outras atividades de renda que podem ser produzidas dentro das áreas de APP consorciada, o uso da madeira.

Então, usaríamos as áreas de preservação para a renda dos agricultores. E aí é importante a pesquisa da Epagri, dos institutos de assistência técnica, que precisam contribuir.

Assim, nessa perspectiva entendemos que dá para avançar, e a experiência da Amavi, do alto vale do Itajaí, é importantíssima, deputado Jailson Lima, na perspectiva de facilitar e desburocratizar a averbação da reserva legal e transformá-la em gratuita para os agricultores.

Portanto, essa experiência da Amavi - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - pode servir para o Brasil todo numa nova perspectiva de fazer averbação para os agricultores de uma forma gratuita e desburocratizada. Inclusive, o coordenador do projeto da Amavi disse-me que eles têm um desafio de que em 15 minutos o agricultor chegue à prefeitura e saia com a averbação da reserva legal confirmada. Esse é o desafio, ou seja, que não haja mais toda essa burocracia.

Assim, há essa questão da área consolidada, que os agricultores que estão produzindo na área desde 2001 continuem; a questão da servidão ambiental, que é um tema importante; o pagamento por serviços ambientais; a averbação gratuita e desburocratizada e o uso sustentável da reserva legal.

São temas que nós entendemos que não podem ficar fora desse debate do novo Código Florestal Brasileiro. Por isso, esses itens que não estão colocados precisam ser negociados para se votar...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, tendo em vista que vou falar no horário reservado aos Partidos Políticos e estou preparando o meu pronunciamento, posso ceder a vez para o próximo orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) -

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar os srs. deputados e todos os catarinenses.

O *Diário Catarinense* traz a seguinte notícia: "Em 10 anos a morte de motociclistas sobe mais de 750%. Estudo mostra que o número de vítimas cresceu acima do dobro da frota. SC tem 13 cidades entre as cem mais perigosas do país."

Nós, que somos médicos, deputado Antônio Aguiar, sabemos o que isso representa no custo dos serviços públicos de saúde, nas emergências dos hospitais, além do que tem sido uma verdadeira chacina o contingente de jovens que morrem nas estradas, principalmente em acidentes de trânsito com motocicletas.

O problema não é não termos mais comercialização de motocicletas, como alguns advogam, dizendo que deveria haver mais exigências para os motociclistas. O que deve existir é uma educação efetiva no trânsito para evitarmos que tantos jovens entrem na fila da Previdência Social, pelos inúmeros acidentes e principalmente com as sequelas que deixam.

Observamos que na lista da Previdência Social o maior contingente de jovens que se encontram encostados no auxílio doença são decorrentes de acidentes de motocicletas. No entanto, se observarmos, em Florianópolis e São José, onde mais acontecem acidentes, o número de motocicletas que estão trafegando entre os veículos é absurdo, sem contar a velocidade cometida.

Então, essa preocupação deve existir por parte dos órgãos públicos do estado, principalmente um sistema de maior controle por parte das autoescolas e uma maior orientação no momento em que se concede uma carteira de motorista. Ao mesmo tempo deve haver uma penalização maior no caso das incidências dos motoristas e motociclistas que são muitas vezes multados. Essas multas no contexto do dia a dia acabam se tornando, de certa forma, meio que irrelevantes, porque a tragédia continua.

Precisamos, sim, tomar medidas urgentes no sentido de uma orientação, de uma educação no trânsito mais direcionada aos motociclistas. Eu sou um amante de motocicleta e já fui motociclista em parte da minha vida. Nós sabemos que os riscos são maiores. Mas pelo contingente de acidentes que há em Santa Catarina e por ser um dos estados em que mais ocorrem acidentes com motocicletas, cabem medidas urgentes para que saíamos dessa lista negra do número de acidentes e de pessoas que ficam causando problemas para a família, na medida em que saem da vida produtiva e passam a depender do sistema público, no caso, da Previdência Social.

Também quero abordar, quando se fala em trânsito, a questão da audiência que ocorreu em Brasília, a respeito da BR-470 e da BR-101, para onde deputados se dirigiram em uma grande comissão, a fim de participar de uma reunião com o ministro dos Transportes e com o engenheiro João José, que de antemão já sabíamos que estaria viajando para visitar o seu filho que se encontra no exterior.

Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, também não estamos satisfeitos com a morosidade da obra, temos que reconhecer isso. Eu, que sou da região do alto vale, sei da urgência da conclusão da BR-470. No entanto, temos que enaltecer um fator: existem recursos para a execução da obra e esse dinheiro está disponível para ser executado.

Os trâmites da burocracia ambiental precisam receber cuidados necessários, mas temos que discutir, muitas vezes, a intransigência na forma da condução de determinadas questões. Nós precisamos de ações para que essas obras ocorram de forma mais rápida.

Então, fica aqui o meu questionamento como deputado do PT de que, em primeiro lugar, há recursos e, em segundo lugar, quem executa as obras são empresas privadas. Por isso temos que exigir delas um cronograma mais efetivo para que elas ocorram, deputado Padre Pedro Baldissera, com disponibilidade de máquinas, equipamentos e de homens trabalhando nas pistas para a execução daquelas obras.

Temos que reconhecer que as empresas tiveram que mudar e aí a burocracia do estado, muitas vezes, faz com que ocorra uma postergação de três, quatro, cinco meses na legalização da documentação e na convocação da segunda colocada para a execução da obra.

Ocorreu isso no trevo de Lontras, em que a primeira colocada desistiu de executar a obra. Para conseguir chamar a segunda colocada, que se dispôs a fazer, já se passaram quatro meses e agora é que vai ser entregue, possivelmente ainda neste mês, a ordem de serviço para a execução do trevo de acesso ou do viaduto de acesso para a entrada da cidade de Lontras, no alto vale.

Então, temos que criar mecanismos para que essas obras possam acontecer o mais rapidamente possível, à medida que a primeira vencedora da licitação desiste ou à medida que a empresa que está executando a obra está sendo morosa, não cumprindo o seu cronograma e a sua programação.

De qualquer maneira, uma coisa temos que deixar clara ao povo de Santa Catarina em relação à BR-101, e isso ficou demonstrado nessa reunião: falta pavimentar trechos de duplicação dessa rodovia, aproximadamente, 39km ou 40km, o que deverá acontecer este ano. E as duas principais obras que estavam previstas para o mandato da presidente Dilma Rousseff não eram para ser executadas no mandato passado, que são o túnel no Morro dos Cavalos e a ponte na cidade de Laguna. Essas obras estavam previstas para serem concluídas num prazo de três anos.

A empresa vencedora, por exemplo, da ponte de Laguna, deputado Reno Caramori, v.exa. que tem sido um deputado que tem debatido muito essa questão da BR, foi a Camargo Correia, sendo que o prazo previsto para a sua conclusão foi de três anos. Ela recebeu, no mês passado, a licitação de vencedora, sendo depois entregue a ordem de serviço para tal.

Então, essas duas obras estavam no cronograma previsto anteriormente! Não é nenhuma novidade o que foi dito em Brasília, porque já sabíamos disso.

De qualquer maneira, fica aqui o registro de que precisamos criar medidas legais para que essas obras públicas não tenham tantos entraves burocráticos, às vezes do Tribunal de Contas da União, para a avaliação do custo da obra, como disseram que havia custos elevados, e assim por diante.

O povo de Santa Catarina e nós, também, temos pressa na conclusão dessas obras. Há recursos para isso, o que é importante, não está faltando dinheiro por parte do governo federal para executar essas obras

que são relevantes e importantes não apenas para o trânsito, mas, principalmente, para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Deputada Luciane Carminatti, v.exa. está com a palavra e dispõe de dez minutos para falar, mas teremos que utilizar cinco minutos do horário reservado aos Partidos Políticos. De qualquer maneira, ainda está no tempo.

Antes, porém, gostaria de fazer um registro, pois houve uma pequena alteração. Ainda estão inscritos o deputado Neodi Saretta, que usará o horário do partido, a deputada Ana Paula Lima, os deputados Manoel Mota, Valmir Comin, Padre Pedro Baldissera, Antônio Aguiar e Reno Caramori.

Srs. deputados, faço este registro para que essa relação seja respeitada.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados e todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero, na verdade, manifestar-me sobre um tema que esta semana ocupou o noticiário nacional e internacional, que é a visita da nossa presidente da República, Dilma Rousseff, à China. E por que quero fazer esta manifestação? Porque essa visita àquele grande país, àquela potência, teve um resultado muito forte e impactante à região do extremo oeste catarinense.

Muitas vezes ouvimos da população que não consegue perceber o resultado de muitas viagens feitas pelos políticos, mas eu sempre fui defensora e acho que, a exemplo dessa viagem à China, elas servem não somente para estabelecer relações entre os países, mas, sobretudo, para abrir novos espaços ao mercado, a exemplo da carne suína no oeste catarinense.

Quero registrar a importância dessa missão à China, uma vez que aquele é um dos países com maior população, em torno de 1,4 bilhão de habitantes. Na China são consumidas, em média, 200 mil toneladas de carne suína ao ano. É muita produção que sai do Brasil e também da China, que é uma grande produtora dessa carne e seus derivados.

Quero dizer que além dessa produção, que além daquele país comprar em torno de 200 mil toneladas do Brasil, temos uma realidade em que a carne suína de Santa Catarina é o quinto item nas exportações. Para o nosso estado, isso tem um reflexo imediato na nossa economia. Também é importante dizer que o estado catarinense representa  $\frac{1}{4}$ , portanto, 25% da produção de carne suína do país. Então, trazendo esses elementos, fazemos uma avaliação extremamente positiva dessa missão à China, é importante dizer que o total de  $\frac{1}{4}$  corresponde a US\$ 1,3 bilhão.

Então, nós estamos tratando de muitos recursos que Santa Catarina vai receber e é relevante dizer e registrar, com muita ênfase, o que isso significa para os suinocultores. Todo o produtor rural que tem sua produção em menor ou maior escala sabe o quanto era difícil entrar no comércio chinês. Nós tínhamos uma relação de extrema dependência com o comércio russo, pois havia muitas dificuldades.

Faço essa menção para demonstrar o grande avanço e o grande impacto que isso poderá trazer para a economia catarinense, para a balança comercial. Claro que não é uma coisa imediata, sabemos que depois dessas tratativas há todo um processo a ser construído, uma série de regras e critérios a ser cumprida, mas as portas foram abertas.

Então, quero aproveitar o momento para fazer um elogio a duas cadeias produtivas e importantes ou a dois setores dessa cadeia produtiva, melhor dizendo. Por um lado, temos o Frigorífico Aurora, que foi o escolhido em Santa Catarina pela sua qualidade, inclusive várias delegações já foram visitar essa produção em bloco. Eu sempre digo que é prata da casa e temos que nos orgulhar disso.

Por isso, quero deixar registrado esse reconhecimento à direção da Cooperativa Central Aurora, juntamente com as demais cooperativas, à pessoa do sr. Mário Lanznaster, que tem feito um trabalho exemplar no sentido de primar pela qualidade da nossa carne. Enfim, quero reconhecer esse trabalho sério e de qualidade que a cooperativa está fazendo. Mas não existe cooperativa e não existe frigorífico, se não existir o agricultor. Por esta razão precisamos fazer fortes elogios aos produtores da suinocultura catarinense, aos agricultores que estão lá nos pequenos municípios, nas pequenas ou nas grandes propriedades, sobretudo na agricultura familiar, tirando, às vezes, dinheiro que não há para atender às exigências sanitárias.

Temos que fazer esse registro porque muitas vezes comemoramos os bilhões que são conquistados nesses acordos e nessas visitas entre os países, mas nós nos esquecemos de que se hoje há abertura do comércio, há avanço na relação entre China e Brasil, é porque estamos integrados com os produtores, com os suinocultores que se estão dedicando a um comércio que oscila muito.

Eu, muitas e muitas vezes, ouvi, srs. deputados e deputada Dirce Heiderscheidt, de muitos suinocultores de que estão com vontade de parar. Eles dizem: não dá mais, o preço está baixo, não temos retorno com o que produzimos. Mas eles vão tentando. Como o brasileiro é muito otimista, perseverante, não abandona as suas causas.

Precisamos referendar essa insistência, essa persistência e essa conquista que na verdade é a conquista de uma cadeia. É claro que sabemos que não é em função dessa tratativa que todos os problemas da suinocultura catarinense serão resolvidos, não estamos falando isso. Estamos dizendo que 1,4 bilhão de chineses consomem carne suína e que por isso é um mercado em potencial que está sendo aberto numa dificuldade anterior imensurável, como já falei, e que agora abre outras possibilidades. Então, quero registrar a importância dessa cadeia.

Também quero fazer o registro, entre as várias visitas que fizemos no final de semana, da Feira de Itapiranga, município do extremo oeste catarinense que tem em torno de 15 mil habitantes, que realizou uma exposição de vários setores, tanto da cidade de Itapiranga quanto da economia regional como serviços, produtos, gados, que também estão sendo apresentados. É uma demonstração do quanto os nossos prefeitos, nos seus municípios, sejam eles de porte pequeno, médio ou grande, esforçam-se no sentido de realizar eventos e movimentar a economia local.

Os grandes centros têm tudo à sua volta para demonstrar os seus potenciais, enquanto que os pequenos municípios têm muitas dificuldades. Mesmo assim fizeram uma

feira brilhante e está de parabéns o prefeito Milton Simon, que nos acompanhou, inclusive, na visita no último sábado. Estão de parabéns também os empresários que realizaram essa feira com muita qualidade, sabedoria e dedicação. Eles merecem o nosso apoio e o nosso reconhecimento, no sentido de que todos os municípios possam realizar os seus eventos com a cara e com a identidade local.

Quero parabenizar todos e desejar sucesso ao Frigorífico Aurora, que representa, na verdade, toda uma cadeia produtiva fundamental, somando-se a ela o trabalho maravilhoso, extraordinário e extremamente cansativo e dolorido dos agricultores e agricultoras de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputada.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Dirce Heiderscheidt, por até 15 minutos.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Sr. presidente, vou dividir o meu tempo com o deputado Aldo Schneider.

Sr. presidente, sra. deputada Luciane Carminatti, demais deputados, servidores desta Casa, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, um bom-dia a todos.

Assomo à tribuna, hoje, para dizer que como mãe tive muita dificuldade, alguns anos atrás, para pagar o estudo para a formação das minhas duas filhas. Uma se chama Ana Paula, formada em Farmácia, e a outra se chama Mariana, formada em Arquitetura. Eu sei da dificuldade que é para uma dona de casa como eu e para muitas neste nosso Brasil pagarem os estudos de um filho numa universidade particular. Praticamente gastamos para formar as nossas duas filhas cerca de seis a sete carros populares. Estou dizendo isso para vocês terem uma ideia de quanto é difícil formar um filho na universidade.

Por isso vou fazer um relato do trabalho realizado pela Faculdade Municipal da Palhoça, um ensino de nível superior gratuito, que foi implantado no meu município.

(Passa a ler.)

"A Faculdade Municipal de Palhoça é uma instituição de ensino superior pública e gratuita mantida pela prefeitura de Palhoça. Foi criada na atual gestão pela Lei Municipal n. 2.182, de 25 de outubro de 2005, e inaugurada em 20 de abril de 2006.

Surgiu a partir da consciência e responsabilidade social dessa administração, e destina 80% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas e residentes no município de Palhoça, criando as oportunidades de ingresso ao ensino superior. Os demais 20% estão disponíveis a qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro, que desejam uma oportunidade no ensino superior.

A Faculdade Municipal de Palhoça possui, hoje, 600 acadêmicos regularmente matriculados nos cursos de Administração e Pedagogia, e aproximadamente 500 alunos em projetos de extensão. A instituição desenvolve seus projetos focados nas necessidades e vocação do município. Possui uma estrutura administrativa enxuta, respeitando o orçamento anual destinado pela prefeitura.

A FMP vem-se consolidando com ações que intensificam o fortalecimento e a sustentabilidade na comunidade que atua, embasada no tripé: ensino, pesquisa e

extensão. Desenvolve projetos para atender às necessidades locais, e dentre eles pode-se destacar:

a) Projeto Faculdade de Maturidade - e como é maravilhoso ver que pessoas que tanto já contribuíram com a nossa sociedade estão lá, hoje, frequentando uma universidade - , que tem por objetivo proporcionar conhecimento e qualidade de vida aos palhocenses acima de 50 anos;

b) Inclusão Digital para a comunidade, funcionários e filhos de funcionários da prefeitura;

c) Reforço Pedagógico para crianças de escolas públicas;

d) Inglês para Negócios para comunidade e acadêmicos da FMP;

e) Brinquedotecas, que são montadas por meio de doações de brinquedos e livros infantis arrecadados pelos candidatos ao vestibular e encaminhados para entidades comunitárias como os Centro de Educação Infantil: Ulysses Guimarães, no bairro Frei Damião; Associação João Paulo II, no bairro de Ponte do Imaruim; e Espaço de Aprender, no bairro Laranjeiras.

Outro evento importantíssimo, e tradicional, é o Trote Solidário, em que os acadêmicos da segunda fase do curso de Administração aplicam o trote nos calouros, os quais possuem uma incumbência de arrecadar no mínimo 1,5kg de alimentos, que são distribuídos para instituições do terceiro setor, selecionadas após visita da equipe responsável, situadas no município. E dentre elas destacamos: Associação João Paulo II, Pastoral da Criança, Creche Florzinha Azul, Associação dos Moradores do Bairro Massiambu.

Ainda no âmbito da extensão, a faculdade idealizou e implementou o projeto Pedala Moleque, Escolinha de Futebol para meninos das comunidades de Frei Damião e Baixada da Ponte do Imaruim - bairros estes de vulnerabilidade social. E, por fim, o Espaço Aprendizagem no bairro Massiambu, que tem o objetivo de a inclusão social e digital de moradores, dentre eles brancos, negros e indígenas. Esse espaço foi totalmente revitalizado pelos acadêmicos, professores e equipe diretiva da faculdade, em parceria com as secretarias municipais da Educação e da Saúde, além de abrir campo de estágio para o curso de Pedagogia e desenvolver nos alunos de Administração o viés de responsabilidade social.

Atualmente, além de todo o projeto da prefeitura, a faculdade possui forte parceria com a iniciativa privada, com a comunidade, com os acadêmicos e familiares, que participam ativamente de campanhas e projetos para manter uma estrutura que proporcione um ensino superior de qualidade, sempre focado nas necessidades e vocações do município.

Desde 2006, a Faculdade Municipal de Palhoça mobilizou a vida econômica do município e hoje é indiscutível o seu papel no desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade. A economia do município está atrelada à qualidade do ensino da Faculdade Municipal de Palhoça, e a qualidade do ensino é assegurada por meio de um corpo docente capacitado em nível de mestrado e doutorado e comprometido com o crescimento do ser humano como um todo.

No ano de 2009 foram inseridos 160 alunos da FMP, como estagiários e funcionários, no mercado de trabalho na Grande Florianópolis. O índice de empregabilidade dos acadêmicos da FMP é de 98%. Isso

significa que o mercado absorve o capital intelectual de uma forma bastante efetiva.

Em 2010, novas conquistas estão acontecendo e o nosso compromisso com a excelência no ensino superior está cada vez mais forte. A FMP ocupa um *campus* com 5.000m<sup>2</sup> de área construída, um empreendimento planejado para o funcionamento de uma instituição de ensino superior digna para receber alunos, professores, colaboradores e também parceiros.

No ano de 2010, os cursos de Administração e Pedagogia da FMP foram reconhecidos com conceito 4,02 e 4,0, respectivamente, pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, e à faculdade, nas dimensões gerais, foi renovado o seu credenciamento também com o conceito 4,0, representando um marco na vida da faculdade que durante quatro anos lutou para alcançar esse objetivo.

Para finalizar o ano de 2010, o prefeito de Palhoça e mentor da FMP recebeu o Prêmio Leonel Brizola de Educação pela criação e desenvolvimento da FMP como um projeto de sucesso. Além de defender junto ao ministério da Educação a possibilidade de oportunizar, através de recursos federais vinculados opcionalmente aos municípios brasileiros com população acima de 50 mil habitantes com características de município pólo, a verdadeira descentralização do ensino superior gratuito no Brasil."

Para o conhecimento de todos, gostaria de registrar o custo dessa faculdade. Ela custa para o município R\$ 1,00 por habitante, aproximadamente R\$ 150 mil/mês.

Seria muito interessante que os demais municípios que também fizessem esse investimento. Com certeza, o nosso estado seria uma referência educacional em nível superior.

O Sr. Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada, quero agradecer o aparte e serei muito breve.

Nós, que temos sido críticos em alguns aspectos da administração municipal de Palhoça, não poderíamos perder a oportunidade de ressaltar a importância da Faculdade Municipal de Palhoça, uma faculdade pública, gratuita e de qualidade. E um elemento que defendemos também, porque existe na cidade de São José, é a continuidade e a ampliação.

Gostaria de parabenizar v.exa., o prefeito Ronério Heiderscheidt e toda equipe da administração municipal por esse serviço excepcional e pela coragem e determinação de investir na educação superior pública e gratuita nos municípios. Concordo 100% também com a sua última frase, ou seja, que todos os municípios deveriam pensar nessa mesma lógica, e é assim que a sociedade cresce e evolui.

Muito obrigado pelo aparte!

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Eu gostaria de agradecer a presença também dos professores, da superintendente da faculdade e de alguns alunos que estão neste Parlamento no dia de hoje.

Parabéns a todos vocês, que merecem todo o nosso respeito e a nossa dedicação!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigada, deputada Dirce Heiderscheidt.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, no restante do tempo do PMDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, o meu tempo é muito curto, mas gostaria de saudar v.e.a., os srs. deputados e as sras. deputadas.

Eu iria relatar a visita do deputado Aldo Rebelo, que está em Santa Catarina, hoje, numa promoção liderada pela Fetaesc, para que nós possamos, em nível de Santa Catarina, discutir o Código Florestal Brasileiro.

Em função do horário, vou fazer apenas um relato de que a partir das 13h30 estaremos na Fetaesc recepcionando o relator do Código Florestal Brasileiro para que, juntamente mais de 500 lideranças que foram convidadas para este evento, possamos sugerir algumas indicações no sentido de o deputado federal Aldo Rebelo inserir no Código Florestal Brasileiro.

Então, era este o comunicado, em função do horário. Se algum colega parlamentar puder fazer-se presente às 13h30, na Fetaesc, para que, juntos, possamos sugerir algumas ações para ainda serem inseridas no Código Florestal Brasileiro, eu agradeço.

Era o que tinha a dizer neste momento, sr. presidente, e agradeço a gentileza do horário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eu gostaria de comunicar aos companheiros que estou chegando de uma reunião com quase 200 juizes da Infância e Adolescência. E realmente o nosso Poder Judiciário está muito bem intencionado com a ótica desta futura secretária. Fiquei muito feliz, muito satisfeita, e quero dizer a todos que talvez em breve eu deixe este plenário, mas que conto com a participação de todos os meus colegas.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada Ada De Luca.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero abordar, neste dia, um assunto que julgo da maior importância. Trata-se da situação dos avicultores catarinenses.

Em todo o estado existem centenas e centenas de agricultores que investem na avicultura, especialmente na região oeste. No entanto, nos últimos tempos, o que podemos ver é que um número consideravelmente alto está sendo excluído da integração das empresas avícolas. Essa exclusão deve-se, principalmente, por conta dos altos custos de investimento que devem ser arcados unicamente pelo produtor rural.

Tendo em vista esse alto custo de novas melhorias e modernização dos aviários, que chega, em média, a ultrapassar R\$ 120 mil

para fazer essa modernização, muitos não conseguem assumir essa dívida tão alta e acabam sendo demitidos pela empresa integradora.

É verdade que muitos podem recomeçar. No entanto, questionamos, deputado Volnei Morastoni, como podem recomeçar, se grande parte desses integrados, que trabalharam duramente, às vezes por mais de 30 anos, já não têm a força e a idade não lhes permita arcar com esses serviços mais pesados. Digo isso porque a maioria dos aviários fechados é de avicultores com mais de 60 anos de idade.

As empresas integradoras, por decisão judicial, afirmam não ter vínculo empregatício, e o avicultor é dispensado, recebendo apenas como indenização uma média dos últimos três lotes.

Então, nós questionamos: essa é a Justiça? É justo trabalhar por mais de 30 anos e, quando dispensado, receber apenas esse pequeno valor? É justo abandonar o investimento de tantos anos?

Todos os investimentos, para se manter integrados, são grandes, custam caro. E o que fazer com os equipamentos? "Ora, é simples", diriam alguns. "O avicultor pode vender e ganhará R\$ 20 mil ou R\$ 30 mil e poderá, então, ter uma velhice tranquila". Seria ótimo, se não fosse tão triste. Quando vende, não vale praticamente nada, mas, acreditem, o investimento em um galpão de 100m, com capacidade de alojar 14 mil ou 15 mil, ultrapassa a R\$ 250 mil, deputado Ismael dos Santos. Isso, claro, refere-se aos investimentos feitos anteriormente às novas exigências que encareceram mais ainda.

Somente para compreendermos bem, o básico, num aviário, para alojar as aves é ter sistema de alimentação e água automatizados, aquecimento e ventilação também automatizados, silos, escritório e mais uma série de exigências que acabam endividando o avicultor. E quem paga o custo dessa modernização, claro, é o agricultor.

Há outra questão importante, que é a da saúde, deputado Volnei Morastoni. Antes dos equipamentos modernizados, todo serviço era braçal, o que culminou num grande número de pessoas com problemas, por exemplo, de coluna e com problemas pulmonares em decorrência do serviço pesado e da constante inalação de amônia produzida pela serragem. E também pela fumaça e fuligem das caldeiras de aquecimento das aves.

No entanto, precisamos encontrar alternativas para impedir essa exigência imposta pelas indústrias para a criação de aves. Ou então elas precisam custear no todo, ou pelo menos na sua maior parte, o que é exigido para o alojamento das aves.

Cabe, inclusive, um questionamento: se as exigências são tantas, não teriam elas um vínculo com os integrados? Não estaríamos diante daquilo que, no Direito Trabalhista, nós falamos de submissão, ocasionando um vínculo empregatício? Alguém nos lembraria: "Mas em outubro de 2010 o TSE julgou a ação e decidiu que não há vínculo empregatício entre avicultores integrados e a empresa integradora que estava sendo demandada naquela ação judicial". É verdade, há uma decisão nesse sentido, mas existe, na prática, uma verdadeira subordinação dos integrados em relação à empresa integradora.

É comum ouvir o avicultor dizer que o aviário - e não só o avicultor diz isso, quem vai lá visitar às vezes diz isso também - tem mais luxo, mais conforto do que suas próprias casas.

Muitos nem ventilador têm, mas no aviário até ar-condicionado tem, porque essa é uma exigência para a produção de alimentos. E nós temos que encontrar alternativas para arcar com esses custos para manter o agricultor na sua propriedade.

Sabemos da importância da agricultura para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo, no entanto, é urgente encontrarmos formas de amenizar o seu sofrimento e encontrar mecanismos de proteção ao avicultor e à sua família. Essa é uma questão que julgo de grande importância trazermos para debate nesta Assembleia Legislativa, para contribuirmos com esse setor que tem sido tão importante na produção de alimentos, divisas, recursos para o estado, mas que, no entanto, está custando o sofrimento e às vezes a exclusão de muitos avicultores.

Sr. Presidente, sras. deputadas e srs. deputados, antes de encerrar esse pronunciamento, quero, dentro do tempo que nos cabe, fazer um registro que julgo importante e sirvo-me de um trecho de uma nota publicada no jornal *Notícias do Dia*, para dizer que na próxima sexta-feira aconteceu, em Concórdia, o prêmio Mulher de Negócios, que foi criado pelo Sebrae para incentivar o empreendedorismo entre as mulheres, e a vencedora serve como exemplo para quem quer mudar e vencer. E temos a satisfação de presenciar e ver que a nossa amiga concordiense, a empresária Cláudia Marcon Thomé, é a vencedora deste ano. Ela, quando estava grávida de sua segunda filha, interessou-se por enxoval de bebê e comprou uma pequena sala, duas máquinas de costura e hoje possui 20 colaboradores e atende a lojas em todo o país e exterior. Foi um começo de vida, segundo ela, que disputará a fase nacional em maio, em Brasília.

Então queremos fazer esse registro, parabenizar todas as mulheres empreendedoras, especialmente, a Cláudia Marcon Thomé.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, que dividirá o tempo de nove minutos com o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, srs. deputados, ocupo a tribuna na manhã de hoje para falar sobre dois temas pertinentes à região da Foz do Rio Itajaí e sobre a ida do secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, aos municípios de Bombinhas e Porto Belo, e depois ao município de Camboriú.

Há muitos anos estamos sentindo o efeito da litoralização de uma maneira nefasta em todos os aspectos e agora, mais do que nunca, na questão da infraestrutura, da mobilidade urbana, porque está praticamente impossível andar por Porto Belo e Bombinhas no período da alta temporada e agora, também em qualquer final de semana de praia.

Tínhamos a palavra do governador Luiz Henrique e Leonel Pavan para fazer aquela obra, mas por questões ambientais, por questões de projeto, a obra atrasou; há necessidade de maiores explicações técnicas do projeto, principalmente na questão ambiental, pois todos queremos que seja respeitado o desenvolvimento sustentável.

Estive conversando com o governador Raimundo Colombo e com o secretário Valdir Cobalchini sobre esse assunto e para a nossa alegria está, sim, dentro dos projetos do governador dar andamento a essa obra.

Dessa forma, faço o convite, já fiz pessoalmente aos deputados Volnei Morastoni e Maurício Eskudlark, mas agora reitero a todos os deputados que queiram participar da visita ao secretário, a fim de acharmos a melhor solução para aquele trajeto que envolve os municípios de Porto Belo e Bombinhas, sem descuidar da questão ambiental, porque temos que fazer uma estrada, um acesso, mas respeitando, acima de tudo, a sua característica de uma cidade turística e de uma cidade em desenvolvimento.

Também tenho conversado com Dalírio Beber, presidente da Casan, para que assim como esse novo acesso também possamos melhorar o abastecimento de água e a rede coletora de esgoto do município de Bombinhas, porque, com certeza, esse novo acesso propiciará uma capacidade maior de visitantes e de investimentos naquela região.

Sr. presidente, também iremos, hoje, acompanhados da prefeita Luzia Coppi Mathias, de Camboriú, e da equipe técnica da prefeitura de Brusque, analisar uma nova estrada ligando o município de Camboriú à cidade de Brusque, passando, acredito, por dentro de Itajaí, porque a rodovia Antônio Heil, que precisa de duplicação, começa a dar sinais de fadiga, começa a dar sinais de que não comporta mais aquele trânsito.

Acredito, deputado Volnei Morastoni, que teremos que fazer duas frentes. Além da duplicação da rodovia Antônio Heil, teremos que fazer, quem sabe, uma estrada ligando Brusque a Camboriú, apenas para carros e transporte coletivo, sem caminhões, enfim, sem transportes de carga. Então, com certeza, serão duas obras de extrema importância para a nossa região e fico muito feliz, sim, sr. presidente, porque vejo a disposição, a vontade, tanto do governador quanto do secretário Valdir Cobalchini, para enfrentar de frente esses problemas.

Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados. Passo, agora, a palavra ao deputado Maurício Eskudlark, para que ocupe a segunda parte do tempo do PSDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pelo tempo restante do PSDB, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, queria parabenizar o nosso líder, deputado Dado Cherem, pela preocupação com todo o estado de Santa Catarina e agradecer a oportunidade de dividir o tempo do nosso partido.

Ouvia hoje atentamente a manifestação do ilustre deputado Sargento Amauri Soares a respeito da questão do desarmamento. Realmente ficamos até chocados ao ver um ex-presidente da República, hoje senador, José Sarney, que poderia ter feito muito mais pelo nosso país, achando que a solução do problema da Segurança Pública no Brasil é novamente querer desarmar o cidadão de bem.

Sabemos que os estados com maior índice de criminalidade possuem o maior número de armas apreendidas. Quando estávamos no comando da Polícia Civil do estado de Santa Catarina determinamos um

levantamento para saber de onde vinham as armas que os traficantes, que os marginais utilizavam nos seus crimes no dia a dia; queríamos saber se eram armas vindas de outro país, objeto de furto ou armas adquiridas ilegalmente pelo cidadão. O resultado desse levantamento indicou que quase 100% das armas utilizadas nos crimes, no tráfico de drogas, nos homicídios, são armas ilegais, e não adianta dizer que são armas de fabricação nacional.

Sabemos que ocorre com as armas o mesmo que ocorre com outros produtos da nossa indústria. Fabrica-se aqui e entra pelo Paraguai de forma contrabandeada. Então, o nosso grande problema está em gastar milhões de reais em segurança pública com plebiscito e não em ações concretas nesta área, nas questões de fronteiras, com uma fiscalização eficiente, com investimentos no servidor público e não em equipamentos de segurança. Temos que valorizar o profissional que trabalha na Segurança Pública. Essa discussão, infelizmente, vai acabar tomando algum tempo da população brasileira e não vai resolver o problema. Temos que investir em câmara de vigilância, em formação de profissionais, em contratação e valorização.

Acontece que quando ocorre um crime grave procura-se achar uma situação salvadora, algum milagre, como no caso daquele menino do Rio de Janeiro, João Hélio, que foi arrastado por marginais num veículo, fato que provocou uma comoção nacional e que poderia ter sido evitado, se tivéssemos mais psicólogos, mais pessoas na área escolar, na área de convivência, mas não por retirar as armas das ruas. Até porque, quem quer praticar um crime, quem tem essa índole neste país, não tem grande dificuldade, pois as armas entram de forma descarada pela fronteira, basta pegar um ônibus, ir até o Paraguai e voltar com uma arma calibre 38 ou com uma pistola.

Quero registrar a presença do meu colega, Edemar Haag, policial civil, colega desde a época de São Miguel d'Oeste.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência registra, com muita alegria, a presença do presidente do PMDB de Xaxim, dr. Luiz Felipe Diniz Fagundes, do vereador Gerci Guerino Della Corte, da presidente da Câmara Municipal, vereadora Joseane Sampaio, e do ex-deputado Gelson Sorgato.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, gostaria de reforçar a comunicação da presença dos vereadores de Xaxim e também do vereador Moacir Bortolanza, que acompanha a presidente da Câmara Municipal, vereadora Joseane Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, faço uso da tribuna na manhã desta quinta-feira, inicialmente, para saudar o vereador Nei,

aqui presente, de Paulo Lopes, e seus parceiros, que nos prestigiam com sua visita a este Parlamento.

Sejam bem-vindos!

Sr. presidente, firmei o compromisso, desta tribuna, na condição de presidente da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, de marcar posição, assim como os demais deputados do sul e com a bancada federal catarinense, por uma ação permanente sobre o assunto da duplicação do trecho da BR-101.

(Passa a ler.)

"O procurador da República em Joinville, dr. Mário Sérgio Ghannagé Barbosa, que esteve aqui presente no dia 28 próximo passado, quando da audiência pública, encaminhou hoje uma requisição ao Procon estadual solicitando aplicação de multa à Autopista Litoral Sul, concessionária que administra e aplica a cobrança de pedágio no trecho entre Curitiba e Palhoça, na BR-101 e na BR-376.

A alegação do procurador baseia-se nas obras que não foram realizadas pela empresa dentro do cronograma contratual. Existem trechos onde não foram providenciadas obras, como redutores de velocidade, execução de ruas e saídas, o que não justifica o reajuste, segundo o procurador. Sem execução dos benefícios o procurador entende que o usuário está sendo lesado, havendo a necessidade da intervenção do Procon.

Na semana passada Ghannagé já havia entrado com uma ação civil pública, com pedido de liminar, requerendo a suspensão dos reajustes de pedágio da BR-101, trecho de Curitiba/Florianópolis. A medida defende o valor da tarifa anterior, de R\$ 1,20 para automóveis, caminhonetes e furgões, e não mais a atual, de R\$ 1,40. O aumento de 12% foi atribuído à inclusão de 81,9km de vias marginais no cronograma de obras da concessionária, que foram questionadas por pendências citadas pela procuradoria, pois são obras que já deveriam estar concluídas.

Segundo a perícia do Ministério Público Federal faltam ainda: a execução de ruas laterais em pista simples, deputado Dado Cherem, em Balneário Camboriú, sua cidade; serviço de implantação do sistema de controle de velocidade e de circuito fechado de TV e serviços de implantação dos sistemas de sensoriamento de pista e meteorológico, em Santa Luzia e Porto Belo; serviço de implantação do sistema de pesagem da balança móvel e fixa; perícias em obras que necessitam da análise do Procon; correções do traçado entre os km-652 e km-654; uma ponte sobre o rio São João, implantação de 13 trevos em nível, com alças; melhorias de interseção no acesso ao distrito industrial; implantação da área de escape no km-675 da BR-376; readequação de pontes sobre o rio Bela Cruz e marginal de Itapema, na BR-101.

A empresa já foi notificada este ano. Então já é reincidente. Após o recebimento e análise do conteúdo da requisição do procurador, o Procon realizará as ações de acordo com as penalidades do Código do Consumidor. Não será a primeira vez que fiscais do Procon autuam essa empresa, pois no dia 24 de março realizaram uma operação na sede administrativa da Autopista Litoral Sul, em Palhoça, notificando a empresa por não ter apresentado documentação necessária para avaliar o reajuste da tarifa de pedágio. Executada em fevereiro, a multa expedida pelo Procon pode variar de R\$ 300,00 a R\$ 3 milhões.

Em nota a Autopista Litoral Sul informou que pode posicionar-se sobre a notificação assim que a receber. Sobre o andamento das obras a concessionária diz seguir o cronograma da última revisão do contrato de concessão."

Realmente fica difícil, deputados Silvio Dreveck e José Milton Scheffer. Na audiência que tivemos em Brasília - e aproveite a oportunidade para parabenizar o Fórum Parlamentar Catarinense, na pessoa do seu presidente, Edinho Bez - contamos com a presença de dois ex-governadores, do senador Luiz Henrique da Silveira, do deputado federal Esperidião Amin, do senador Paulo Bauer, do senador Casildo Maldaner, de 14 deputados estaduais, da Fiesc, do Crea e tantas outras entidades.

Entramos decepcionados e saímos altamente frustrados, porque realmente as explicações do diretor-geral do DNIT, Luiz Antônio Pagot não convenceram. Não se estabelece data terminativa para esse processo. Está caracterizada a falta de gestão nesse órgão tão importante para Santa Catarina com relação à duplicação do trecho sul da BR-101.

Lá ele falava que o DNIT administra 1.100 obras no Brasil. Por que não terceiriza 500 mil? Afrouxe um pouco, dê um pouco de fôlego aos seus técnicos para poder atuar com mais eficácia, com mais objetividade, com mais resultado específico. E aí eu fico pensando: o pedágio foi aumentado de R\$ 1,20 para R\$ 1,40 por consequência da construção de 81,9km de ruas e sinais. Quantas dessas ainda precisam ser feitas por esse sul afora? E o rodoanel da Grande Florianópolis, que compreende 48km e que a ANTT, desrespeitando o cidadão catarinense, o contribuinte, o usuário, aceitou uma nova proposta da concessionária de um novo projeto, reduzindo em 50% o percurso desse trajeto? Ou seja, de 48 para 24.

Eu pergunto: onde vão ser embutidos esses custos? Certamente no bolso do usuário. E aí a preocupação que já levantei nesta tribuna, deputado Reno Caramori, v.exa. que foi presidente dessa comissão por muitos anos e é perito no assunto: daqui a pouco estaremos em paralelo com o pedágio do Paraná, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Essa é a grande verdade. Vão embutindo aos poucos, com discrição, mas sempre no do cidadão catarinense.

Essa é a grande verdade, e não venham aqui tentar me convencer de outra forma. É falta de gestão, deputado Dado Cherem. E isso está comprovado pelos relatórios que foram apresentados reiteradas vezes por esta Casa, através Fiesc e do seu competente técnico, dr. Ricardo Saporiti, que em todos os momentos acusava o mau andamento da obra, o mau gerenciamento e que era contestado com veemência por parte dos técnicos do DNIT. Era para 2008, foi para 2010, 2012, 2013, 2015, e sei lá eu quando essa rodovia estará duplicada. Enquanto isso o desenvolvimento do sul e de Santa Catarina fica travado e vidas são ceifadas diuturnamente nessa rodovia.

É chegado o momento em que o governo precisa capitanear esse processo, a exemplo do que foi feito no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOAR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Esta Presidência quer, com muito prazer e orgulho, registrar a presença no

plenário do dr. Henrique Pille, de Concórdia. Os nossos cumprimentos ao dr. Henrique, que ele se sinta em casa nesta Assembléia.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado sr. presidente.

Sras. parlamentares, srs. parlamentares, todas as pessoas que nos acompanham neste plenário e nas residências pela TVAL e pela Rádio Aleisc Digital.

Primeiramente, permita-me, sr. presidente, fazer um relato sobre a minha felicidade ontem, nesta Casa, quando tivemos a votação da chamada minirreforma administrativa. O governador Raimundo Colombo teve a oportunidade de, através deste pequeno ajuste inicial do seu governo, fazer a criação de duas secretarias extremamente importantes para Santa Catarina. A primeira é a secretaria de Justiça e Cidadania, sendo desmembrada da secretaria da Segurança Pública, dando *status* e força à nova secretaria, que é a nossa companheira Ada De Luca.

Com certeza foi criada essa secretaria para que possamos dar um tratamento digno aos presídios do nosso estado, ao menor infrator e a tudo o que traz no seio da sociedade o aumento da criminalidade. Essa secretaria irá ter um papel fundamental, por isso gostaria de desejar à deputada Ada De Luca muito sucesso, porque tenho certeza de que o seu sucesso representa o sucesso do governo, representa o sucesso do povo catarinense.

Exemplo disso é a questão do Presídio Regional de Blumenau, que do sistema prisional de Santa Catarina, tirando a penitenciária de Florianópolis e São José, é o maior presídio. Tem quase mil detentos, deputado Sargento Amauri Soares, enfim, são quase mil pessoas no presídio de Blumenau, um presídio que vem sendo reformado, remendado. Mas temos que mudar a concepção desse presídio.

Entendo que tem que ser criado em todo o médio vale do Itajaí as UPAs, Unidades Prisionais Avançadas, para poder dar atenção a cada município e para que tenhamos em Blumenau um presídio industrial como existe em Joinville, por exemplo, um presídio que reabilita, qualifica, que dá dignidade para o cidadão, que dá perspectiva de futuro. Isso é algo extremamente importante, e eu tenho certeza absoluta de que Blumenau também tem essa condição de ter um presídio com as mesmas características, com a mesma eficiência de Joinville, porque já foi demonstrado que funciona. E eu tenho certeza de que pode funcionar também atendendo da mesma forma ao estado e atendendo à questão de Blumenau.

Eu quero fazer um apelo ao governador do estado neste momento, ao coronel João Luiz Botelho que ainda acumula a secretaria, para que os presidiários de Blumenau, alguns pelo menos, sejam transferidos para o novo presídio de Itajaí, porque com isso pelo menos diminuiremos um pouco a superlotação. Esse é um exemplo que trago com relação ao Presídio Regional de Blumenau.

Outra questão é a criação da secretaria de Defesa Civil, que será ocupada pelo ex-senador Geraldo Althoff, ex-secretário nacional de Articulação, uma pessoa extremamente comprometida com as causas

públicas, comprometido com o estado de Santa Catarina, pessoa competente, da confiança do governador Raimundo Colombo. E temos a certeza de que fará um grande trabalho nessa secretaria, que tem cada vez mais um papel importante, um papel de articulação, de organização, mas acima de tudo um papel de prevenção e reação a tudo que vem acontecendo com o nosso estado.

Depois da catástrofe de 2008, em Blumenau, já tivemos o mesmo problema esse ano com enxurradas, com tempestades, enfim, vários e vários problemas devido às mudanças climáticas que cada vez acontecem mais. E os problemas vêm aumentando, vêm ocorrendo com mais frequência. Prova disso, em Blumenau, depois da catástrofe de Blumenau, só esse ano, deputado Sargento Amauri Soares, duas enxurradas muito fortes atingiram as duas extremidades da cidade. Uma enxurrada atingiu primeiramente o bairro Progresso, mais especificamente a rua Bruno Schreiber, causando vários prejuízos, cerca de R\$ 4 milhões de prejuízos para a cidade de Blumenau, e outra enxurrada na Vila Itoupava, no outro lado da cidade, divisa com Massaranduba, que atingiu essa cidade, as cidades Jaraguá do Sul, de Pomerode. Inclusive, na Vila Itoupava, os números que tenho trazem um prejuízo de aproximadamente R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões, o que é algo preocupante para Santa Catarina, algo preocupante para as nossas comunidades.

Infelizmente, cada vez mais vemos esses problemas acontecerem com maior frequência, atingindo mais famílias e havendo cada vez mais problemas. Por isso, eu entendo da importância da secretaria estadual de Defesa Civil trabalhando a questão da prevenção, da orientação. Mas não basta prevenir e orientar, também tem que ter nessa secretaria a capacidade de investimento para a recuperação dos prejuízos, porque esses prejuízos são os que mais afetam as prefeituras, afetam os administradores municipais. E não tem como prever essa questão, porque não tem como guardar dinheiro no caixa de uma prefeitura para de repente recuperar o prejuízo de uma enxurrada ou de uma tempestade, ou de alguma coisa que gere realmente um problema sério à cidade, vinda de uma mudança climática.

Então, eu entendo que essa secretaria, deputado Sargento Amauri Soares, vai ter que ter recurso no caixa para atender aos municípios de forma emergencial e trabalhar em articulação com a Defesa Civil Nacional. E aí sim, juntos, a Defesa Civil Estadual com a Defesa Civil Nacional, poder socorrer todos os municípios, independentemente o município é grande ou pequeno, mas socorrer todos que passarem por uma eventualidade, por uma catástrofe, e poder permitir que o prefeito, independentemente partido político, mas que o prefeito possa dar a reação e dar novamente a dignidade para o cidadão da sua cidade com maior agilidade possível.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agradeço, deputado Jean Kuhlmann.

Concordo plenamente com v.exa. no que tange à necessidade de construir uma penitenciária em Blumenau, além das unidades prisionais avançadas nos municípios médios do entorno. É uma necessidade e é uma possibilidade. A secretaria de Justiça e Cidadania que

está sendo criada e que vai ser dirigida pela nossa colega Ada de Luca, funcionará se tiver mais recursos também. Não dá para fazer milagres no presidio de Blumenau. Nas condições estruturais que estão colocadas lá não tem como fazer milagres.

Então, é preciso mais investimentos. Construir uma penitenciária que não tenha superlotação, que tenha oficinas para trabalho, salas de aulas para a formação, para estudo dos apenados. Funciona bem, inclusive, se for gerida de forma pública. Daí nesse aspecto talvez a gente tenha essa diferença de opinião, mas a necessidade da penitenciária em Blumenau é urgente, e com mais recursos.

Com certeza a deputada Ada de Luca poderá fazer melhor do que tem sido feito nos últimos anos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Concordo plenamente, deputado Sargento Amauri Soares, e quero dizer que realmente o que se faz hoje com os recursos que existem já é quase um milagre. O que é importante realmente é que não tenha apenas uma estrutura a deputada Ada de Luca, mas tenha também recursos para poder fazer o trabalho. Isso é fundamental.

Quero desejar muito sucesso e parabenizar o governador pela criação dessa secretaria, porque ela é realmente uma secretaria muito importante para Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ada de Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

A Sra. Deputada Ada de Luca - Deputado Jean Kuhlmann, sei que v.exa. é um grande incentivador da minha presença naquela secretaria. Agora, quero dizer a todos os meus colegas parlamentares que sei da importância dessa nova secretaria pela minha formação acadêmica. Inclusive, o que aprendi há vários anos ainda é moderno aqui, ainda dá para aplicar, até pelo atraso em que estamos. Agora, sem recursos ninguém faz milagres, essa é uma verdade. E esses recursos vão depender muito da ajuda de todos os colegas, porque não estarão ajudando a secretaria, estarão, sim, ajudando toda a população.

Então, muito obrigado e espero que v.exa. continue, nos próximos quatro anos, fazendo discursos e realmente incentivando todos os colegas.

Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputada Ada de Luca, quero agradecer a v.exa. e parabenizá-la pela posse na secretaria. Desejo muito sucesso a v.exa.

Quero dizer ainda que v.exa. não irá assumir a secretaria na condição de deputada ou pela questão eleitoral, pois, pela conversa que tive com o governador, sei que foi pela sua formação, pela sua capacidade, pela sua atuação permanente, firmeza de posições e pelo seu conhecimento. Todas essas qualidades, mais o mandato de deputada estadual, é que lhe dão condições de assumir essa secretaria com muita força, muito vigor.

Eu tenho certeza de que todos os deputados que aqui estão poderão auxiliar v.exa. de alguma forma. Todos nós vamos ajudar. E eu quero pedir com muito carinho que v.exa. dê uma atenção especial a todo o estado, mas, como sou de Blumenau, do vale do Itajaí, construindo um presidio regional em Blumenau, para que possamos realmente implantar o modelo que existe em Joinville.

Estive na posse do presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, na última segunda-feira, quando se falou muito de segurança pública. E o presidente Ronaldo Baumgarten disse para mim de forma clara e objetiva que se precisar do apoio dos empresários de Blumenau para adotar um sistema semelhante ao de Joinville, v.exa. terá o apoio e tudo aquilo que precisar para levar adiante.

Sucesso, que Deus a abençoe e traga como sempre muita firmeza e sabedoria.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero também desejar à deputada Ada de Luca muito sucesso, sei que é uma missão pesada e difícil, mas a deputada tem competência, tem conhecimento e vai ser uma secretária que vai fazer tudo para dar melhores condições de trabalho à secretaria de Justiça e Cidadania.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0100/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0015/2011; que a comissão de Trabalho de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0061/2011, 0476/2010, 0515/2010; que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0522/2010.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0191/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; 0192/2011 e 0193/2011 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0194/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0195/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0196/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0197/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0310/2011, 0337/2011, 0338/2011, 0339/2011 e 0340/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0322/2011 e 0350/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; 0332/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0333/2011 e 0334/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0335/2011 e 0336/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0342/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0344/2011, de autoria do deputado Edison Andriano; 0349/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0351/2011, 0352/2011, 0353/2011, 0354/2011 e 0355/2011, de autoria do deputado Reno Caramori.

Requerimento n. 0341/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a construção de marginais nos dois sentidos da BR-101, na localidade de Imacol, no município de Tijucas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0343/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que solicita o envio de mensagem telegráfica às diretorias da Anatel e das operadoras de telefonia celular em Santa Catarina, no sentido de que sejam adotadas medidas para instalar o serviço de telefonia celular no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada à Presidência da República e ao ministro da Agricultura, apelando para que a Instrução Normativa n. 51 tenha prazo de adaptação dobrado e que a cada ano se promova a redução gradativa e contínua da CBT.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada aos ministros da Agricultura, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando medidas urgentes para minimizar as consequências das fortes chuvas e inundações que ocorreram nos meses de janeiro e fevereiro na região do alto vale do Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0031/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Educação, solicitando informações sobre o caso do estudante da Escola Carlos Barbosa da Costa Pereira, de São Francisco do Sul, que ao ingerir a merenda escolar encontrou cacos de vidro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0032/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre os psicólogos que atuam na rede estadual de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0033/2001, de autoria da deputada Luciana Carminatti, a ser enviado aos presidentes da Celesc e da Casan, solicitando informações sobre a atual composição acionária das empresas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0034/2011, de autoria da bancada do PT, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o valor financeiro que o estado recebeu do governo federal referente à repartição da Cide nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0035/2011, de autoria da bancada do PT, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre quais foram as ações incluídas no Orçamento do estado elencadas pela comunidade durante a realização das audiências públicas do Orçamento Regionalizado nos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0036/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Educação, solicitando informações sobre os fornecedores de produtos para a alimentação escolar das unidades escolares localizadas na circunscrição da secretaria de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, em 2010 e 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0037/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre o bloqueio da Detranet e o fechamento dos centros de formação de condutores antes da licitação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quando fiz uso do horário destinado ao meu partido, eu falei, ao encerrar o pronunciamento, sobre a questão da BR-101 e vou voltar a falar.

Eu dizia que o governo, independentemente quem estiver na pasta, precisa capitanear esse processo. E o exemplo foi dado pelo estado vizinho, Rio Grande do Sul - onde o ex-governador Rigotto e depois a governadora Yeda Crusius capitanearam o processo - e até mesmo pelo Paraná. Chamou a responsabilidade da bancada federal daquele estado, dos senadores, dos deputados estaduais, da Federação das Indústrias, da OAB, do Ministério Público federal e estadual, dos órgãos ambientais e entrou como se fosse o gerentão no processo para impor realmente a cobrança ao governo federal, que era justa para aquele estado.

Não diferentemente isso precisa acontecer em Santa Catarina. Já se passaram oito anos, e na linha em que vai o processo, talvez cruzemos o governo da Dilma e do seu sucessor - se vai ser sequência ou se vai ser da oposição, não sei. Mas a verdade é que o estado, o governador, precisa fazer esse papel. E o Raimundo Colombo se fez presente e já está fazendo essa parte.

É diferente de partir deste deputado, presidente da comissão, de qualquer um dos demais deputados ou do próprio presidente da Assembleia, que lá esteve presente também, porque se trata do *staff* do governo. Isso dá uma conotação, um embasamento muito mais forte e traz autoconfiança aos parlamentares e à sociedade. Ele precisa ser um incentivador e um motivador nesse processo.

Quanto ao pedagiamento, eu tenho o sentimento, toda vez que vou para o sul do estado, semanalmente - uma, duas, três vezes durante a semana -, de que sou assaltado. Mesmo com o bolso fechado dão um jeito de botar a mão no dinheiro.

A grande preocupação é justamente o critério desse pedagiamento, dessas concessões, porque nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo o pedágio é três, quatro vezes mais alto. Então, a reflexão que se faz, a pergunta que se coloca é a seguinte: por que essa diferença? E eu chego à conclusão de que lá tem gordura demais ou aqui é inexistente.

Os dados mostram que até agora já foram arrecadados mais de R\$ 280 milhões em pedágio nesse trecho. Isso representa dizer que é um bom negócio. E se é um bom negócio com R\$ 1,40, imaginem com R\$ 5,40, R\$ 5,60, R\$ 7,60, como está sendo praticado nos outros estados. Chega a R\$ 10,00 em alguns lugares, e eu falo do preço mínimo, do automóvel, sem contar os bitrens, as carretas etc.

Isso nos remete a uma reflexão: precisamos rediscutir o modelo das concessionárias, o sistema de pedagiamento

no Brasil, sob pena de, daqui a pouco, sairmos de R\$ 1,20 para R\$ 1,40, porque vem o rodoanel, as vicinais, os trevos, as passarelas, e tudo isso vai sendo embutido, sem critério, no bolso do usuário. Aí não vai levar muito tempo para estarmos paralelos no preço que é cobrado no Paraná, no Rio Grande do Sul e no estado de São Paulo.

Então, é preciso que a bancada federal catarinense, que é o fórum específico para isso, porque essa ação está lá em cima, tome providências nesse sentido, alertando, chamando à responsabilidade o Ministério Público Federal para que se atenha a essa situação. Não sou nem um *expert* ou bruxo, sou um cidadão comum. E não precisa ser nada disso para adivinhar o que vai acontecer lá na frente, na linha do que está acontecendo e estamos visualizando no dia a dia.

Há outro fator que é relevante, que precisa ser considerado. Eu cito, por exemplo, o trecho de Araranguá, cuja empresa responsável, a Triunfo, desistiu do pacote dizendo que não tinha musculatura financeira para tocar a obra. No entanto, aceitaram que ela voltasse a atuar num outro trecho da mesma BR-101/sul.

Eu pergunto: se lá era inexistente, por que aqui dá, se o preço é o mesmo? Há necessidade de um critério muito mais rigoroso, com medidas restritivas e impositivas para essas empresas que participam do processo da construção da duplicação da BR-101.

Por que a Queiroz Galvão, em tempo recorde, fez a sua parte? E a alegação foi que na época do lançamento da BR-101/sul não existiam obras no resto do Brasil. Então, as grandes empresas passaram a mergulhar na concorrência baixando o preço em aproximadamente 30%. Mas com o advento do PAC, deputado José Milton Scheffer, implementaram-se obras em todo o Brasil e as empresas que não tinham musculatura reduziram o seu trabalho jogando os equipamentos onde havia mais gordura.

Onde está a responsabilidade dessas empresas, o cronograma de execução dessas obras? Por que os devidos prazos não foram cumpridos? Por isso eu falo sobre isso reiteradas vezes e não vou cansar de fazê-lo! É falta de gestão! Se o problema é o Ibama, a Funai, o Ministério Público, vamos chamar esses personagens para a mesa de negociação, porque uma obra dessa magnitude não pode passar despercebida. Trata-se do desenvolvimento do estado, do corredor do Mercosul. Há vidas ceifadas diuturnamente nessa rodovia.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao nobre companheiro José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Valmir Comin, quero cumprimentar v.exa. pelo grande trabalho que já vem desenvolvendo na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano desta Casa, pelo envolvimento dos deputados, e dizer que o governo federal, no que tange à BR-101, está passando um atestado de falta de planejamento para Santa Catarina histórico. Esta obra vai ter, no mínimo, seis anos de atraso na sua conclusão. Imaginem seis anos de atraso, dá tempo para uma criança nascer e entrar na escola.

Essa obra é crucial, é importante para o desenvolvimento econômico e social do

estado. Por isso, quero cumprimentar v.exa. pelo trabalho que vem fazendo na comissão, pela audiência que realizamos. Inclusive, estivemos juntos em Brasília. Foi uma audiência de peso. Infelizmente a ausência do ministro tirou um pouco do brilho, mas os resultados ainda foram positivos pela presença das lideranças de Santa Catarina capitaneadas pela Assembleia, por v.exa. e pelo Executivo, na pessoa do governador Raimundo Colombo.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença de alguns amigos da nossa região, que estão na Assembleia Legislativa: Hugo Pereira Silveira, diretor de Meio Ambiente da prefeitura de Jacinto Machado; Lédio Rosso, da Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado; Valdemiro Recco, presidente da Cejama, importante liderança da região, recém-eleito para mais um mandato à frente daquela importante cooperativa.

Quero também registrar, deputado, a presença do vereador Nival José Recchia, de Meleiro, que esteve recentemente em uma audiência para a pavimentação da SC-449; do vereador Jerson da Silva Mota e de Rafael Ortolon, da comunidade de Rio Morto, em Meleiro.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado José Milton Scheffer, pelo registro da presença dessas pessoas ilustres e autoridades da nossa região. É uma satisfação tê-los nesta Casa.

Deputado Moacir Sopelsa, vou continuar a trazer esse assunto muitas outras vezes, nesta tribuna, porque enquanto essa duplicação não acontecer, nós estaremos aqui. Esse é o nosso papel, dever e obrigação como homens públicos. Temos a procuração do eleitorado, das pessoas que confiaram em nós o voto na eleição próxima passada.

Eu espero que a situação mude agora, com esse calendário que foi estabelecido entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, e o Congresso Nacional, através do Fórum Parlamentar Catarinense, na pessoa do deputado Edinho Bez. No início do mês de junho, o diretor-geral do DNIT estará aqui para prestar os esclarecimentos devidos.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado RENO CARAMORI, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, quero, primeiramente, cumprimentar o deputado Valmir Comin pelo registro fantástico sobre a questão da BR-101/sul durante seus dois pronunciamentos nesta manhã.

Nós, que acompanhamos desde o início essa obra como presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, fizemos várias vitórias juntamente com a Polícia Rodoviária Federal e o DNIT. E numa delas, juntamente com o dr. Luiz Antonio Pagot, diretor-geral do DNIT, corremos todo o trecho.

Nessa época, deputado Moacir Sopelsa, ele nos apresentou um entrave naquela obra por força da presença de quatro

famílias de índios que residem na área onde deveria ser duplicada a rodovia. Sr. presidente e srs. deputados, quando participamos da audiência em Brasília, juntamente com o deputado Valmir Comin e mais 12 deputados estaduais e com toda a bancada federal, em momento algum se pensou que ele confirmasse a presença de indígenas como entrave à conclusão da obra.

Não é possível, srs. deputados! Não é possível! Eu disse na presença de todos que estavam naquela audiência que, se fosse terra de polaco, de alemão, de italiano, de sírio, de japonês, de português, de preto, de branco, poder-se-ia meter as máquinas, registrar-se-ia o trecho tomado, indenizar-se-ia ou tomar-se-ia como doação. Então, qual a diferença com as terras de indígenas? Qual é o privilégio que esses seres humanos têm para não contribuírem nem com um pedacinho de terra para passar uma rodovia? Trata-se de uma rodovia de integração, pois todos que vêm do sul passam pela BR-101/norte em direção aos grandes centros. Não é possível que não se tenha uma legislação capaz de atuar junto à Funai.

Em Brasília, durante a audiência pública, solicitamos a presença da Funai, pois segundo informações anteriores alguém do órgão estaria presente. Mas quando questionamos o dr. Pagot e pedimos que alguém da Funai desse uma explicação, não havia ninguém. Que irresponsabilidade! Assim não é possível!

O dr. Pagot agradeceu a nossa pela interferência e disse, alto e bom som, deputado Valmir Comin, que é lamentável que ainda existam entraves com o Ibama, com ambientalistas e com a Funai. Disse mais, que o problema não é a meia dúzia de famílias indígenas que mora lá, mas as ONGs estrangeiras, que atrapalham o progresso do Brasil, principalmente o de Santa Catarina.

Não é possível que isso esteja acontecendo, deputado Valmir Comin! Sou favorável à assistência aos indígenas, com saúde, educação e moradia decente. Mas eles não têm o direito de entravar o progresso de um estado, de uma nação ou do sul brasileiro. Não admitimos isso!

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, na volta de Brasília vínhamos conversando e até lembrando sua intervenção. É estranho que isso aconteça, porque quando se trata de um município, de uma comunidade alemã, portuguesa, italiana, polonesa e da necessidade de uma obra de alcance, pública, como a barragem do rio São Bento e a barragem do rio do Salto, o estado faz a desapropriação. Por que no Morro dos Cavalos, onde estão situados os índios, não se faz a mesma coisa? O que existe de diferente? São seres humanos iguais a nós, que, aliás, vivem em péssimas condições de saúde, de higiene, de habitação. E essa é uma obra de um alcance social sem precedentes, internacional, porque é a rota do Mercosul.

Por isso falo que o problema é falta de gestão, essa é a verdade. Então, é preciso que o ministério dos Transportes traga esses profissionais para a mesa para mostrar a

realidade dos fatos, sobre os problemas e os transtornos que está causando a não-permissão de se construir o túnel, no que isso vai prejudicar a comunidade e fazer o comparativo com os benefícios que poderão advir em função da duplicação desse trecho.

Parabenizo v.exa.!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu agradeço o aparte, deputado Valmir Comin.

Quero lembrar que em 1970, deputado Moacir Sopelsa, passei por essa rodovia. Eu e um colega, Valdemar Fabiani, investigador do Banco do Brasil, numa viagem de lazer viemos da Argentina, passamos pela BR-101, de Porto Alegre até Balneário Camboriú, e a estrada já estava em andamento. Paramos numa comunidade indígena e eu comprei um pequeno balaio, uma cestinha, de um menino que estava no local. Falei com os engenheiros que estavam na obra, mesmo sendo num final de semana, pois era sábado. O DNER, na época, comandava todo o processo de fiscalização e de orientação. Mas nós, em momento algum, escutamos, naquela época, que havia qualquer entrave à sua implantação e pavimentação por força de terras indígenas. Depois de tantos anos ela está sendo duplicada a passos lentos, é verdade, pelos percalços que estão ocorrendo, por empreiteiras que não puderam concluir, que desistiram e assim por diante.

Agora, se há lá famílias indígenas, por que naquela época não havia problemas? Havia a Funai, os órgãos são os mesmos!, havia governo federal, havia o Congresso Nacional, havia ONGs responsáveis que se preocupavam com a sociedade toda e não ONGs oportunistas, que buscam sua sobrevivência na enganosa, atendendo aos pedidos bem remunerados de forças ocultas que existem neste país, financiadas por interesses de outros tantos.

Sabemos, a imprensa tem publicado isso. E o dr. Luiz Antônio Pagot registrou essa questão nessa audiência pública, ou seja, que um dos entraves é a Funai. Meu Deus do céu, que país é este cujas leis valem para uns e não para outros?! As leis são para todos e temos que as respeitar, mas precisamos usá-las em benefício da sociedade e não em benefício de meia dúzia. Essa é a grande verdade.

Espero que as autoridades não demorem tanto, porque já apareceu uma perereca numa obra e alguém disse que a perereca era raríssima e que seria preciso desviar a rodovia, porque não se poderia remover a perereca.

Que país é este?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# A T O S   D A   M E S A

## A T O S   D A   M E S A

### ATO DA MESA Nº 169, de 15 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU**, matrícula nº 1098, da função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2011 (DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 170, de 15 de abril de 2011

Altera a redação dos artigos. 24 a 26 do Ato da Mesa nº 239, de 27 de julho de 2009, que dispõe sobre o uso das dependências de acesso público do Palácio Barriga Verde.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no art. 8º da Lei Complementar nº 208, de 2001, no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

Art. 1º Os artigos 24 a 26 do Ato da mesa nº 239, de 27 de julho de 2009, que dispõe sobre o uso das dependências de acesso público do Palácio Barriga Verde, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24º As vagas do estacionamento localizado nos fundos do Palácio Barriga-Verde destinam-se, exclusivamente aos veículos de servidores efetivos e comissionados em atividade naquele edifício, e para carga e descarga.

Art. 25º As vagas das demais áreas de estacionamento disponibilizadas pela Assembleia Legislativa são destinadas da seguinte forma, exclusivamente:

I - o estacionamento localizado na Praça Tancredo Neves (AFLOV), para veículos de servidores efetivos e comissionados em atividade no edifício administrativo localizado na Rua João Pinto; e

II - o estacionamento localizado na Rua Silva Jardim, para veículos dos servidores militares lotados na Casa Militar, efetivos e comissionados lotados no edifício Walter Francisco da Silva, nº 319.

Art. 26º O controle do acesso aos estacionamentos será executado pela Casa Militar.

§ 1º Os veículos de fornecedores regulares deverão ser previamente credenciados junto à Casa Militar, e os eventuais submeter-se-ão a autorização caso a caso.

§ 2º Os veículos de servidores efetivos, comissionados e militares deverão ser cadastrados junto à Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais, que emitirá selo padrão de identificação representativa de cada estacionamento e, quando for o caso, em coloração representativa do turno de trabalho respectivo, para ser afixado em local visível, na face interna do parabrisa do veículo, sendo reservados:

I - o selo de identificação na forma circular, conforme demonstrado no Anexo I, para o acesso ao estacionamento localizado nos fundos do Palácio Barriga Verde, para veículos dos servidores efetivos e comissionados a que se refere o art. 24, sendo de cor:

a) Amarela, para o turno matutino, das 07:00 h às

13:00h;

b) Verde, para o turno vespertino, das 13:00h às

19:00h; e

c) Azul, para turno integral.

II - o selo de identificação na forma retangular, conforme demonstrado no Anexo II, para o acesso ao estacionamento localizado na Praça Tancredo Neves (AFLOV), para veículos dos servidores efetivos e comissionados a que se refere o art. 25, sendo de cor:

d) Amarela, para o turno matutino, das 07:00 h às

13:00h;

e) Verde, para o turno vespertino, das 13:00h às

19:00h; e

f) Azul, para turno integral.

III - o selo de identificação na forma triangular e décor cinza, conforme demonstrado no Anexo III, para os veículos de servidores militares a que se refere o art.25, II

§ 3º Cada servidor efetivo, comissionado e militar credenciará apenas um veículo.”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

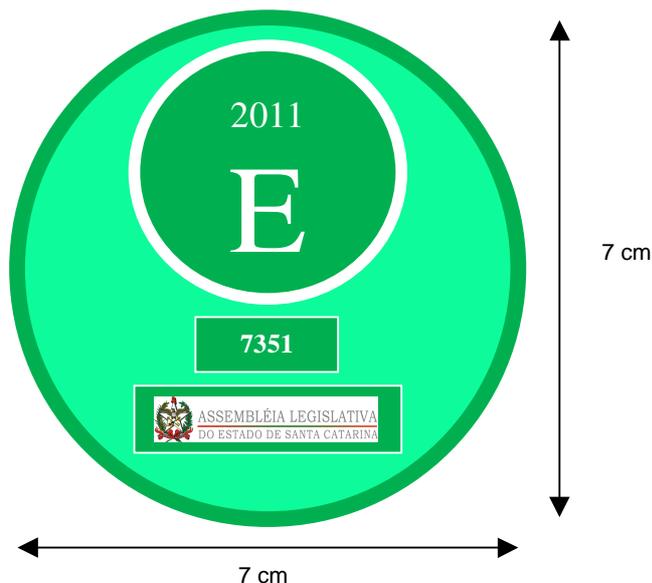
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

Automovel  
Nº 8351 a 8600 = 250

Moto  
Nº 8601 a 8700 = 100

Total = 350 peças



Automovel  
Nº 8001 a 8250 = 250

Moto  
Nº 8251 a 8350 = 100

Total = 350 peças



Automovel  
Nº 7000 a 7800 = 800

Moto  
Nº 7801 a 8000 = 200

Total = 1000 peças

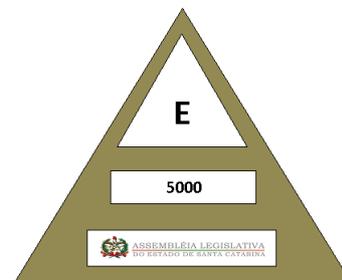




### Selos para os veículos dos policiais lotados na Casa Militar - Alesc

Numeração	Quantidade	Observação
5000 a 5200	200	parte com adesivo na frente – selo para os automóveis
5201 a 5300	100	parte com adesivo no verso – selo para as motocicletas
Total		300 selos

Os selos deverão ter as mesmas medidas dos selos utilizados nos automóveis dos servidores efetivos, comissionados, e a disposição, conforme modelos anexo.



\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 171, de 15 de abril de 2011

*Dá nova redação ao Art 4º do Ato da Mesa nº 162, de 12 de agosto de 2008.*

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

#### RESOLVE:

Art. 1º dá nova redação ao Art. 4º do Ato da Mesa nº 162, de 12 de agosto de 2008, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

Aos Gabinetes Parlamentares o número mensal de diárias fica limitado em cinquenta, sendo de responsabilidade do Deputado a concessão de, no máximo, doze diárias a servidor lotado no respectivo Gabinete.”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 172, de 15 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047-2011-2, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando cooperação técnico-profissional recíproca de servidores,

**CONSIDERAR PRORROGADO** até 31 de dezembro de 2012, os efeitos do Ato da Mesa nº 1256, de 30/07/2003, que colocou à disposição da Secretaria de Estado da Saúde - com lotação na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Xanxerê/SC, a servidora **MARIA ANGELA DE ARAÚJO BORTOLUZZI**, matrícula nº 0984.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 173, de 15 de abril de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0395/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no § 5º do art. 2º da EC nº 41/03,

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **ZENAIDE MEYER**, matrícula n.º 1588, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, a contar de 23 de março de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### PORTARIAS

**PORTARIA Nº 1929, de 15 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 006/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1930, de 15 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LOURDES MARIA PEREIRA SEDLACEK**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1931, de 15 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MATEUS PAMPLONA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1932, de 15 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Candida de Oliveira Tasso	5683	3%	3%	01/04/11	0443/2011
Valdecir Vargas	5691	3%	3%	01/04/11	0445/2011
Leila Miazzi	4634	3%	6%	01/04/11	0448/2011
Jorge Sergio Turatti	3025	3%	12%	01/04/11	0452/2011
Ederson Giovanni Gava	5174	3%	3%	01/04/11	0465/2011

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1933, 15 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete da Liderança do PMDB **ARILTON CARDOSO SCHEFFER**, servidor da EPAGRI, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 980, de 11 de abril de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1934, de 15 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** na Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal **LAURO SOARES**, servidor da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 981, de 11 de abril de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 002/2007-2.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1935, de 15 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete da Presidência **GLÁDIS REGINA BRIZOLA DOS SANTOS**, servidora do Poder Executivo - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 983, de 11 de abril de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*